

META É GANHAR NAS DUAS PONTAS

Técnicas agroecológicas permitem aumentar em até 50% a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030

Por Andrea Vialli



Com 4.364 hectares no Tocantins, a Fazenda Tupã é uma síntese do modelo de ocupação agrícola na Amazônia nas últimas quatro décadas. O início das atividades remonta à década de 1980, quando a família Saijo, de imigrantes nipônicos do município de Tupã (SP), comprou a propriedade com o intuito de cultivar soja e pecuária bovina. Na ocasião, o Estado do Tocantins ainda não havia sido emancipado e a região hoje conhecida como Matopiba já se destacava como nova fronteira agrícola. Os Saijo chegaram ao local, desmataram a floresta amazônica e deram início a um ciclo produtivo que durou até 2009, quando arrendaram a fazenda a terceiros para a produção de soja.

Mas a partir de 2014 os arrendatários da Tupã começaram a ter problemas: eventos climáticos como uma seca extrema, além de problemas de fertilidade do solo, derrubaram a produtividade da fazenda, causando sérios prejuízos financeiros. A família retomou a propriedade, com o objetivo de torná-la produtiva novamente. Mas agora a receita seria outra: nos últimos três anos,

a Fazenda Tupã vem se tornando um laboratório a céu aberto de práticas agrícolas sustentáveis, com o objetivo de regenerar o solo, recuperar nascentes e resgatar o microclima e a biodiversidade da região.

No cardápio, estão a utilização de técnicas como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), reflorestamento com espécies nativas e a agricultura sintrópica, técnica agroecológica preconizada por Ernst Götsch, agrônomo suíço radicado no Brasil. Saiu de cena a monocultura de soja e milho praticada pelos arrendatários. A Tupã hoje produz um pouco de tudo – soja, carne, hortaliças, frutíferas como banana, açaí e castanha de baru, nativa do cerrado brasileiro.

“É um projeto de longo prazo em que experimentamos diferentes técnicas de agricultura regenerativa. O resultado tem sido a recuperação dos ecossistemas naturais da fazenda, com mudanças na parte físico-química e biológica do solo”, diz Jorge Akira Saijo, sócio-proprietário da Fazenda Tupã. De quebra, a propriedade ficou mais viva, já que os bichos voltaram: cobras, emas, abelhas.



**Fazenda
Tupã (TO):
técnicas para
recuperar o
ecossistema**

As técnicas empregadas na propriedade rural fazem parte de um projeto internacional de cooperação entre organizações da sociedade civil, empresas da cadeia do agronegócio e produtores rurais, destinado a aumentar em até 50% a produtividade do setor agropecuário e, ao mesmo tempo, reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030. Batizado de Inteligência Agroclimática (IAC), o projeto nasceu durante a celebração do Acordo de Paris, em 2015, compromisso internacional para frear as mudanças climáticas firmado no âmbito das Nações Unidas.

No Brasil, o IAC é coordenado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que conduz ações em três frentes: desenvolvimento em campo, geração de conhecimento e apoio em finanças, com articulação de empresas do setor do agronegócio e instituições de pesquisa. Inclui recuperação de pastagens degradadas, reflorestamento, iLPF e agricultura de precisão, como forma de reduzir o aporte de fertilizantes nitrogenados no solo.

As multinacionais Bayer e DSM, Embrapa e a ONG Conservação Internacional estão entre os parceiros do projeto. “O objetivo, globalmente, é promover um conjunto de tecnologias e práticas agrícolas que aumentem a produtividade e a renda do produtor rural, e também sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas que já estão ocorrendo”, diz Felipe Cunha, coordenador do programa Inteligência Agroclimática do CEBDS.

A preocupação com a sustentabilidade da agropecuária não é à toa. No Brasil, o setor responde por 71% das emissões de gases de efeito estufa e está no centro do compromisso do país no Acordo de Paris, que inclui recuperar 15 milhões de pastagens degradadas e reflorestar outros 12 milhões de hectares, além de reduzir a zero o desmatamento ilegal até 2030.

A adequação do agronegócio às metas também deverá ser fundamental para o andamento do acordo de livre-comércio recém-firmado entre União Europeia e Mercosul. O memorando entre os dois blocos traz um capítulo inteiro dedicado ao desenvolvimento sustentável

(abrangendo temas como conservação de florestas, respeito aos direitos trabalhistas e promoção de condutas empresariais responsáveis), o que inclui o cumprimento das metas de Paris.

“Solo, água e vegetação são matérias-primas naturais para o setor agropecuário. Estrategicamente, manter a pujança do agronegócio implica cada vez mais em não destruir sua base de sustentação, que é o meio ambiente equilibrado”, diz José Carlos Carvalho, sócio da Seiva Consultoria, especializada em sustentabilidade e ex-ministro do Meio Ambiente, cargo que ocupou em 2002.

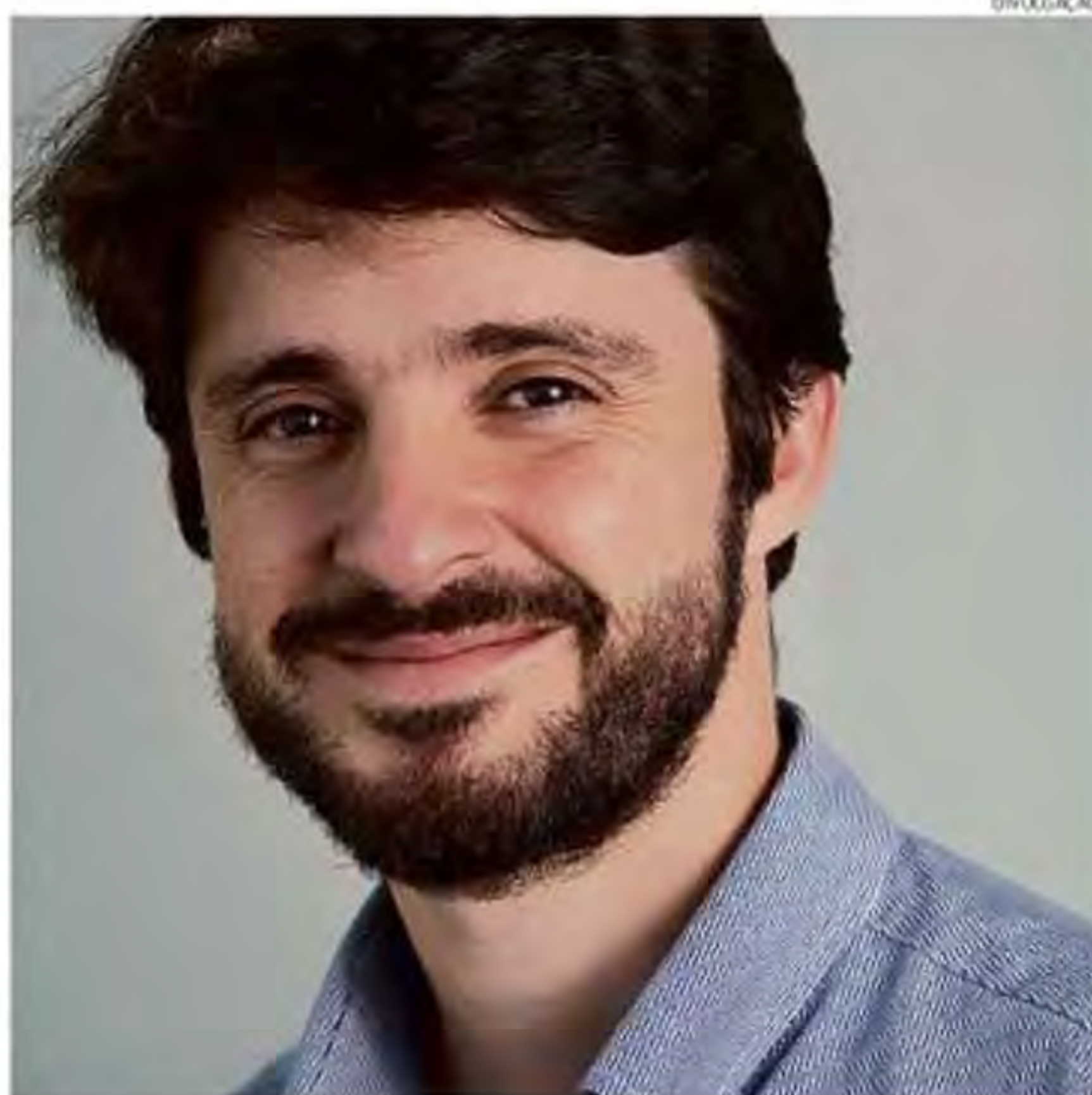
Carvalho vê com preocupação a condução da política ambiental no governo Jair Bolsonaro, que caminha, segundo ele, na contramão dos compromissos firmados no âmbito da ONU. Durante a campanha eleitoral de 2018, o então candidato do PSL afirmou que, se eleito, retiraria o Brasil do acordo climático e ameaçou extinguir o Ministério do Meio Ambiente.

“Esses fatos não se concretizaram porque houve reações da sociedade, mas na prática a pasta vem se tornando uma sucursal do Ministério da Agricultura”, afirma Carvalho, que assinou um manifesto, junto com outros sete ex-ministros do Meio Ambiente, chamando a atenção para a perda de continuidade das políticas ambientais construídas desde a Constituição de 1988.

O aumento nas taxas de desmatamento na Amazônia registrado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é um dado que preocupa os ambientalistas e uma parte do agronegócio. Em junho de 2019, a área de floresta perdida deu um salto de 57% em comparação com o mesmo período de 2018. No acumulado deste ano, foram derrubados 2.273,6 quilômetros quadrados de floresta, o pior registro desde 2016. Além do pico no desmatamento, as ameaças de descontinuidade do Fundo Amazônia são efeitos da atual política que podem trazer danos à imagem do Brasil no exterior, impactando as relações comerciais.

“Os produtores de commodities que quiserem aumentar sua inserção nos mercados internacionais precisam estar atentos à compliance ambiental, especialmente neste momento”, diz Ana Paula Valdiones, coordenadora do Instituto Centro de Vida (ICV), organização do Mato Grosso que trabalha com sustentabilidade nas cadeias produtivas e governança ambiental. O ICV acaba de concluir um estudo que mostra o grau de implementação do Código Florestal no país.

A Lei 12.651/2012, que instituiu o novo Código Florestal, estabeleceu dois instrumentos para a gestão ambiental nas propriedades rurais. Um deles é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que reúne informações sobre os imóveis e suas características ambientais, como existência de nascentes e o percentual do imóvel destinado à conservação. Outro mecanismo é o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que regulamenta a adequação de áreas de preservação permanente e reserva legal por meio de recuperação ou compensação ambiental. Com a adesão ao programa, é possível regularizar os passivos



ambientais e infrações cometidas antes de 22/7/2008, relativas ao desmatamento irregular dessas áreas. O produtor que não aderir ao CAR fica impossibilitado de se regularizar no PRA e sujeito a ter o crédito rural negado, não pode solicitar licenciamento ambiental nem fazer negociações com o imóvel rural.

O CAR é uma tarefa a cargo dos órgãos ambientais estaduais e, para cumprir a determinação legal, mais de dois terços dos Estados brasileiros tiveram que buscar apoio financeiro para a execução dos sistemas, segundo o ICV. Das 27 unidades da federação, 19 captaram recursos extraorçamentários para implementar o CAR. A principal fonte de recursos foi o Fundo Amazônia, que aprovou cerca de R\$ 359 milhões em projetos para apoiar 12 Estados. Outras fontes de recursos acessadas foram o Banco Mundial e os fundos estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos.

Composto majoritariamente por doações da Noruega e Alemanha e gerido pelo BNDES, o Fundo Amazônia tem sido alvo de questionamentos por parte da atual gestão, que almeja uma mudança nas regras com o objetivo de indenizar proprietários que tem terras em áreas protegidas – o que tem contrariado os doadores. “O Fundo Amazônia tem sido muito importante para a aceleração da implementação do Código Florestal, porque o CAR é a principal ferramenta de gestão para as políticas de combate ao desmatamento”, diz Roberta del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, conjunto de ONGs que monitora a aplicação da lei e parceiro do ICV no estudo.

**Cunha, do
CEBDS:
adaptação
às mudanças
climáticas**